

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN E ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDERER AS DEMANDAS DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.2 O presente termo de referência tem como objeto a aquisição de Veículo tipo Van e Ônibus Escolar para atenderem as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, nos termos da tabela abaixo e, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO
01	UND	2	Ônibus Escolar Rural 0km, (referência: similar ou equivalente ao modelo VOLARE ATTACK 10 RURAL ESCOLAR, considerando-se equivalente o veículo que atenda ou supere, no mínimo, todas as especificações técnicas descritas abaixo), cor branca, capacidade mínima de 38 passageiros sentados mais 01 motorista. Especificação técnica mínima, com os seguintes itens de série: direção hidráulica; ar-condicionado central com capacidade mínima de 85.000 BTU's; poltrona do motorista com amortecimento hidráulico; poltronas dos passageiros em plástico, disposição 2x2, reclináveis; descansa-braços laterais; porta-copos; janelas com vidros móveis e cortinas; câmera de ré; sirene de marcha à ré; piso em alumínio xadrez antiderrapante; espelhos retrovisores externos em ambos os lados; faixa escolar; tomada 12V no painel; preparação para rádio; itinerário eletrônico; farol auxiliar de marcha à ré; protetor de cárter; protetor de radiador; motor com potência mínima de 175 CV, cilindrada mínima de 3,8 litros, 4 cilindros em linha; embreagem monodisco a seco com acionamento servo-assistido; sistema de injeção eletrônica; câmbio com no

		mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré; sistema de freio assistido eletronicamente (ABS, EBD/ATC), com freios a tambor nas rodas dianteiras e traseiras; freio de estacionamento; válvula moduladora; freio motor eletropneumático; eixo dianteiro com capacidade mínima de 3,2 t; eixo traseiro com relação compatível com o desempenho mínimo exigido; suspensão dianteira por molas parabólicas e amortecedores telescópicos; suspensão traseira por molas semielípticas e amortecedores telescópicos; distância entre eixos mínima de 5.500 mm; sistema elétrico de 24V; tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros; rodas e pneus de uso misto, aro mínimo 17,5; sinalização dianteira em LED com luz de rodagem diurna (DRL); itinerário em LED branco; porta-pacotes; bagageiro traseiro; dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel; garantia nacional mínima de 2 (dois) anos, sem limite de quilometragem; PBT mínimo de 10.000 kg; comprimento total mínimo de 10.145 mm; altura interna mínima de 1.900 mm; largura interna mínima de 2.250 mm; largura total mínima de 2.360 mm. Ano de fabricação/modelo: igual ou posterior à assinatura do Contrato/Ordem de Fornecimento. Serão aceitos veículos de qualquer marca ou modelo que atendam ou superem as especificações mínimas acima, a serem comprovadas por catálogo ou ficha técnica do fabricante apresentados com a proposta. Os veículos deverão ser entregues devidamente regularizados e em condições de imediato uso, contendo todas as normas e especificações técnicas aplicáveis da ABNT e dotados de
--	--	--

			todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN e demais órgãos competentes. Deverão ser entregues já devidamente identificados e plotados como veículos destinados ao transporte escolar, com a caracterização visual obrigatória, incluindo a inscrição “ESCOLAR” e demais elementos de identificação exigidos pela legislação de trânsito vigente, especialmente pelas normas do CONTRAN e regulamentações dos órgãos de trânsito competentes, sem qualquer ônus adicional para a Administração. - DEMAIS ITENS DE SÉRIE QUE EXIGIDOS POR LEIS, INCORPORAM O VEÍCULO EM CONFORMIDADE COM O PROCONVE E DE ACORDO COM O CÓDIGO NACIONAL BRASILEIRO DE TRÂNSITO. - O VEÍCULO DEVERÁ ATENDER AOS PRECEITOS REGULAMENTARES DOS ÓRGÃOS OFICIAIS NACIONAIS DE TRÂNSITO, NOS ASPECTOS RELACIONADOS À ILUMINAÇÃO, SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, SEU REGULAMENTO E RESOLUÇÕES) E LEGISLAÇÃO DO CONTRAN. <u>DOCUMENTAÇÃO E DESPESAS:</u> - O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE JÁ REGULARIZADO JUNTO AO DETRAN COMO ÔNIBUS ESCOLAR, EMPLACAMENTO, LICENCIAMENTO.
--	--	--	---



			- FRETE até o Município de Turvânia-GO; Todas as despesas com impostos (quando aplicáveis) e encargos sociais pagas.
2	UND	1	Van 0km, Veículo automotor tipo van, especificações: Veículo 0 (zero) km; Assento: no mínimo 20+1 passageiros, admitindo-se capacidade superior (ex.: 21+1); Combustível: Diesel S10; Ano de fabricação/modelo: igual ou posterior à assinatura do Contrato/Ordem de Fornecimento; Rádio AM/FM com entrada/saída USB; Potência mínima de 180CV; Tacógrafo digital; Painel de instrumento analógico ou digital; Transmissão mecânica de no mínimo 06 marchas a frente e 01 a ré; Tração 4x2; Freio ABS; Rodas: Aro mínimo 16; Sistema de direção hidráulica; Cor branca; Tanque de Combustível de no mínimo 70 litros; Sensor de Estacionamento traseiro; Ar-condicionado; kit elétrico (Alarme, trava e vidros dianteiros); Câmera de ré; Jogo de Tapete; Estribo Lateral; Airbags dianteiros Bancos com revestimento em tecido. Garantia do veículo de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses. Serão aceitos veículos de qualquer marca ou modelo que atendam ou superem as especificações mínimas acima, a serem comprovadas por catálogo ou ficha técnica do fabricante apresentados com a proposta. O veículo deverá ser entregue devidamente regularizados e em condições de imediato uso, contendo todas as normas e especificações técnicas aplicáveis da ABNT e dotados de todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN e demais órgãos competentes. Deverá ser

			entregue já devidamente identificados e plotados como veículo destinado ao transporte escolar, com a caracterização visual obrigatória, incluindo a inscrição “ESCOLAR” e demais elementos de identificação exigidos pela legislação de trânsito vigente, especialmente pelas normas do CONTRAN e regulamentações dos órgãos de trânsito competentes, sem qualquer ônus adicional para a Administração. - DEMAIS ITENS DE SÉRIE QUE EXIGIDOS POR LEIS, INCORPORAM O VEÍCULO EM CONFORMIDADE COM O PROCONVE E DE ACORDO COM O CÓDIGO NACIONAL BRASILEIRO DE TRÂNSITO. - O VEÍCULO DEVERÁ ATENDER AOS PRECEITOS REGULAMENTARES DOS ÓRGÃOS OFICIAIS NACIONAIS DE TRÂNSITO, NOS ASPECTOS RELACIONADOS À ILUMINAÇÃO, SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA (CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO, SEU REGULAMENTO E RESOLUÇÕES) E LEGISLAÇÃO DO CONTRAN. <u>DOCUMENTAÇÃO E DESPESAS:</u> - O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE JÁ REGULARIZADO JUNTO AO DETRAN COMO VAN ESCOLAR, EMPLACAMENTO, LICENCIAMENTO. - FRETE até o Município de Turvânia-GO; Todas as despesas com impostos (quando aplicáveis) e
--	--	--	--



			encargos sociais pagas.
--	--	--	-------------------------

Obs: Para participar da licitação, os licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta de preços, catálogos, ilustrações e/ou folhetos com as especificações e as características gerais dos veículos cotados.

A proposta deverá conter além de marca e modelo, a versão do veículo;

Todos os itens e acessórios (ar condicionado, pneus e rodas, bancos, etc) deverão acompanhar o veículo de fábrica, exceto as alterações necessárias feitas em concessionárias ou autorizadas, sejam aceitas pela fábrica ou autorizado para efeitos de garantia.

Entregar o veículo emplacado (placa nova com chip, MERCOSUL), licenciado, **SEM ÔNUS** para o Município, nos termos da legislação pertinente (DETRAN/GO).

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.0 A Fundamentação da Contratação com seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Resumidamente, trata-se da aquisição de Veículo tipo Van e Ônibus Escolar para atenderem as necessidades da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Turvânia-GO.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

4.1.2. No que couber, solicita-se que a CONTRATADA adote boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.1.3. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente;



4.1.4. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento será realizado em prazo único de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.2. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, garantia, montagem e instalação (se for o caso) e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta;

5.3. Caso a empresa não atenda ao disposto estará automaticamente desclassificada;

5.4. O objeto dessa licitação deverá obedecer rigorosamente às normas e legislações pertinentes para o objeto ora licitado.

6 DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



6.6.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7.O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1.Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



-
- 7.3.O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4.O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6.O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.8.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.11.1. o prazo de validade;
- 7.11.1 *a data da emissão;*
- 7.11.2 *os dados do contrato e do órgão contratante;*
- 7.11.3 *o período respectivo de execução do contrato;*
- 7.11.4 *o valor a pagar; e*
- 7.11.5 *eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.*



- 7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.
- 7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.
- 7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1. Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (artigos 17 a 19 e 165).



Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda estadual ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de Declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do inciso II, do artigo 69, da Lei nº 14.133, de 2021;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), ressalvado o disposto no item seguinte;

8.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



8.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

As empresas participantes deverão apresentar:

- Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa já realizou atividade semelhante ou igual à deste Termo.

- *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

- *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

- *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

a) Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;



-
- O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
 - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1.O custo estimado total da contratação é conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

9.2.A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3.A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços, por se tratar de aquisição de quantitativo certo e determinado (2 ônibus escolares e 1 van), em fornecimento único, mediante contrato ou instrumento equivalente.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

A contratação será atendida pela dotação anexada ao processo administrativo

As despesas serão provenientes da fonte de recurso:

FME (FONTE:101); FUNDEB.

Turvânia-GO, 14 de setembro de 2026.

ANA CAROLINA ALVES GUIMARÃES
Responsável pelo Termo de Referência



Auxiliar Administrativo